TRANSCRIÇÃO (TEXTO NÃO REVISADO)

SESSÕES ORDINÁRIAS - 18/12/2025

Música Sra. Proteção, Deus em nome do povo parramenim declara aberta a presente sessão Convido a vereadora Halessa de Clênio para fazer a leitura da mensagem bíblica Bom dia a todos Que Deus nos abençoe e nos guarde nas últimas sessões ordinárias Desse período legislativo Salmo 23, o Salmo do Bom Pastor O Senhor é o meu pastor, nada me faltará Deitar-me faz em verdes pastos Guia-me mansamente a águas tranquilas Refrigera minha alma Guia-me pelas veredas da justiça Por amor ao seu nome Ainda que eu andasse pelo vale da sombra da morte Não temerei mal algum Pois tu estás comigo A tua vara e o teu cajado me consolam Preparas uma mesa perante mim Na presença dos meus inimigos Unges minha cabeça com óleo O meu cálice transborda Certamente que a bondade e a misericórdia Me seguirão todos os dias da minha vida E habitarei na casa do Senhor por longos dias Sigamos, bom dia Agradeço ao vereador Rales de Clente. Passaremos a leitura da ata pelo segundo Secretário vereador, Eurico da Japão. Bom dia, senhor Presidente, senhoras e senhores vereadores, plateia que nos assiste, população que nos assiste pela TV Câmara. Senhor Presidente, não tem leitura de ata hoje. Agradeço o vereador Eurico da Japão Passaremos a leitura do Expediente pelo primeiro Secretário, o vereador Tiago Fernandes Bom dia, senhor Presidente Bom dia a todos os vereadores População que nos acompanha Vamos agora iniciar mais uma sessão De algumas que teremos hoje O Expediente consta de projetos de leitos complementares Se o projeto não chegar nesse instante aqui na mesa, não vou fazer a leitura desses projetos do Executivo, não. Porque já está fora do prazo e sem assinatura da maioria. Fazendo a leitura, Vice Presidente, senhor Presidente, da Requerimento legislativo de número 422/2025. Por favor, senhor Presidente, vamos obstruir aqui à frente da mesa. requer ouvir do plenário a autorização para que o Projeto de Lei de 1.276/2025 se aqui está fora que não foi lido o Projeto de Lei Requerimento legislativo de 1.424/2025 requer ouvir do plenário com fundamento no artigo 31 da Constituição Federal no artigo 39 da Lei Orgânica do Município de Parnamirim e no artigo 150 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Parnamirim que seja autorizada a retirada de pauta do Projeto de Lei de 1960/2025, que institui a política municipal voltada à prevenção e redução dos atropelamentos de animais em vias públicas no âmbito do município de Parnamirim. Autor, Poder Legislativo Municipal, Variador, doutor Jonas Godeiro. Moção de aplausos de número 272/2025, a senhora Cristiane Freitas, cidadã panamirinense e atual primeira-dama do Estado de São Paulo, Autor, Poder Legislativo Municipal, variador Gabriel César. Moção de aplausos de 1234/2025 aos servidores da Câmara Municipal de Pernambuco, extensivo à Mesa Diretora pela premiação do selo Diamante Transparência. Autor, Poder Legislativo Municipal, Mesa Diretora. Indicação de 2300/2025, variador Michael Borges. reitera a sua Indicação de nº 2.367, de 2023, a chefe do Poder Executivo Municipal Extensivo, a Secretaria Municipal de Educação, que solicita que seja disponibilizado ônibus escolar para os alunos da Escola Agrícola de Jundiaí, residentes no município de Parnamirim. Indicação de nº 2.306, de 2025, Vereador Dr. Jonas Godeiro,

indica a chefe do Executivo Municipal Extensivo à Secretaria Municipal de Saúde que sejam realizados esforços para implantação de uma UBS animal, clínica veterinária pública, no município de Parnamirim. Indicação de número 2313/2025, vereador Marquinhos Jacrimep, indica a chefe do Executivo Municipal Extensivo A Secretaria Municipal de Obras Públicas e Saneamento, o calçamento da Avenida Poços de Caldas, na área que abrange a Avenida Senador Gastão Maris e a Rua Severino Tavares de Farias, no bairro de Nova Parnamirim. Indicação de número 2322/2025. Indicação. indica a Chefe do Executivo Municipal e Extensivo, a Secretaria Municipal do Turismo e Desenvolvimento Econômico, que seja criado por meio de parceria municipal o Memorial Maria Nazaré Marques de Moura, voltado ao incentivo, valorização e preservação da cultura afro-brasileira, a ser instalado na Pracinha da Cultura, situada no Centro de Artes e Esportes Unificados Céus, no bairro de Vida Nova. Indicação de número 2323/2025, vereadora Halessa de Clênio, indica a chefe do Executivo Municipal Extensivo, a Secretaria Municipal de Obras Públicas, a construção de quadras públicas de tênis nos seguintes bairros, Nova Panamirim, Coabinal, Rosa dos Ventos, Parque de Exposições, Monte Castelo, Passagem de Areia, Parque das Orquídeas, Vida Nova, Liberdade, Santos Reis, Emaús, Caju Piranga, Boa Esperança, Bela Panamirim, Vale do Sol. Indicação de número 2314/2025. Vereador Léo Lima indica a chefe do Executivo Municipal Extensivo, a Secretaria Municipal de Obras Públicas e a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, Reiterando sua Indicação de 2052/2023 Para que seja realizada a implantação de uma praça e um caminhão Em uma área verde localizada entre as ruas Santa Beatriz e Estrada de Japecanga No bairro de Nova Esperança Indicação de número 2315/2025 Vereador Léo Lima indica a chefe do executivo municipal extensivo A Secretaria Municipal de Limpeza Urbana a realização da limpeza, capinação e pintura do meio-fio na rua Dr. Ronaldo Maranhão, no bairro do Vale do Sol. Passarei agora para o Presidente da Comissão de Constituição, o vereador professor Ítalo, para a leitura do parecer. Muito bom dia a todos. Comissão, a CCJ gostaria de dar o parecer oral com a anuância aqui dos vereadores da CCJ ao Projeto de Resolução 277. E o parecer da comissão opina pela aprovação total do projeto. Muito obrigado, vereador Tiago Fernandes. Agradeço, vereador professor Ítalo. Passarei agora para o vereador Eurico da Japão, Presidente da Comissão de Finanças desta casa. Bom dia mais uma vez a todos. A Comissão de Finanças e seus membros vai dar o parecer favorável que dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº 2.330, de 5 de outubro de 2022, com alterações dispostas na Lei Municipal nº 2.470, de 26 de dezembro de 2023. Então, a Comissão de Finanças dá o parecer favorável. Presidente, questão de ordem, só solicitar ao Presidente da comissão que possa falar a Emenda do projeto, que fala o número só para saber a Emenda, o que é que o projeto é referente? É o do cartão esse? Ah, então não. Então, ok. Espera aí, pode... Desconsidere, solicitação. Passarei para a vereadora Rafaela de Nilda para fazer a leitura do parecer pela Comissão de Saúde. Em nome da Comissão de Saúde, o parecer do Projeto de Lei 016/2025, votamos favoráveis. Favorável. Obrigada. Agradeço. Despedir, senhor Presidente. Chicão, tem uma questão de ordem, por favor? Questão de ordem, Presidente. Queremos inserir na pauta, que não foi no Expediente, os projetos que estavam aí, que a gente estava pegando a assinatura, e que o senhor sobrevivesse ao plenário, para a gente voltar com ele, a leitura deles na sessão de hoje. Além da reforma administrativa. Exatamente. Questão de ordem, senhor Presidente. Vereador Tiago Fernandes. Eu solicito aqui a utilização do Regimento Interno, no artigo 134, onde é necessário a assinatura da maioria, certo, desses membros, quando os projetos estão fora do

prazo, que é o caso de hoje, inclusive o projeto da reforma administrativa que chegou agora há pouco, eu estava presente, e tendo também a situação de que até o impacto financeiro vai precisar ser ajustado. Então, é uma responsabilidade muito grande. Por essa razão, por não ter assinatura da maioria dos membros dessa Casa Legislativa, que a leitura não aconteceu. Então, eu acho que nós não podemos ser inconsequentes e ter projetos tão importantes, por falta de planejamento do Executivo, nós ter que nos sacrificarmos mais uma vez e não poder analisar. Então, eu acho que a gente precisa analisar realmente, se for o caso, solicitar uma sessão extraordinária para que essa análise aconteça da melhor forma. Então, obrigado. O projeto já está... Senhor de ordem, Presidente. O projeto já está aí com as assinaturas. Na leitura do Expediente não estava, senhor... Eu acertei o senhor variador, o líder da situação, por essa razão que eu não fiz a leitura. Não é à toa que a população toda, o plenário, quem está em casa, viu aqui vocês todos assinando. Isso, só por questão de ordem, a gente está pedindo para exatamente inserir de pauta. Não estava na pauta, a gente está pedindo ao Presidente... Na segunda sessão a gente pode inserir porque já foi lido os pedidos da primeira. Não, porque a gente está pedindo ao Presidente, não mais aqui o primeiro Secretário, o Presidente vai inserir de pauta o projeto e o plenário é que vai decidir se inserir ou não, com a ordem do Presidente? Senhor Presidente, só questão de ordem, eu não estava aqui falando como primeiro Secretário, mas sim, utilizando meu livre arbítrio de utilizar também questão de ordem e requerer que não fosse por inconsequência a gente não poder fazer essa utilização. Questão de ordem, Presidente, o que a gente pede, o que a gente pede é que o senhor sublimine o plenário. Senhor Presidente, estou utilizando meu direito de voz e o líder da situação interrompendo. Eu acho que a gente precisa se respeitar. Aí mostra para a população o desrespeito e a falta de controle, quando posso entender que está totalmente errado. Então, quando falta argumento e justificativa, é dessa forma que eles agem. Júlio de Otem, Presidente. A gente só pede que submeta o plenário à inserção das matérias. Eu oriento, vereador Chico, a gente vai fazer o seguinte, nós temos uma sessão subsequente, eu vou submeter o plenário, pedido de vossa excelência, e a gente inclui no Expediente da sessão seguinte, sem prejuízo para a tramitação dos projetos. Então, acolho o pedido do vereador Chicão, submeta o plenário à inserção de pauta dos projetos. Mas ele solicitou, então a gente vai submeter o plenário, aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. A reforma administrativa também? Não, senhor Presidente, esses dois que estavam inseridos, que estavam para entrarem agora na primeira sessão, se tiver com as assinaturas, ok. A reforma administrativa já tem assinatura de todos? Pois, se tiver, pode ser inserido. Vereador Tiago Fernandes, vamos submeter o plenário. Natural. Submeter o plenário, acolhendo a solicitação do vereador Tiago Chicão. Submeta o plenário para apreciação do plenário. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Agradeço ao vereador Tiago Fernandes. Passaremos o horário destinado a uso da tribuna pelas senhoras e senhores vereadores. aqueles que aprovam permanecem como se... Perdão. Aqueles que pretendem fazer uso do seu tempo regimental de 10 minutos registram seus tablets. Presidente, questão de ordem. Apenas para sanar uma dúvida e ficar registrado, é justamente o parecer da Comissão de Finanças e da CCJ do projeto 215. Só para conferir se foi realmente lido. Eu estou aqui com a sessão do dia 16, as pautas, e não identifiquei essa leitura desses pareceres do projeto 215, que é a LOA. Vereador Tiago Fernandes. Bom dia, senhor Presidente, bom dia a todos os vereadores, população que nos acompanha. Pessoal, estamos aqui no último dia de sessões legislativas. Hoje devemos ter três, quatro sessões, até

porque temos esse número aumentado, digamos assim, natural, como já disse diversas vezes e volto a frisar, e hoje, mais uma vez, nós temos a confirmação disso que eu venho sempre dizendo, da falta de planejamento da gestão municipal. Nossa LOA, nosso orçamento, além da LDO, além do PPA, nós, enquanto vereadores, toda essa Casa Legislativa, principalmente as comissões, precisaram se sacrificar utilizando madrugadas, feriados, finais de semana, para tentar fazer um trabalho e minimizar o impacto negativo pelo retardo do Executivo Municipal. E hoje, mais uma vez, nós estamos percebendo essa falta de planejamento presente. onde a sessão ordinária regimentalmente, ela inicia-se às 9 horas. Tivemos um atraso hoje, sim, por questões internas e técnicas, mas hoje, às 9h30, para ser aproximado, nem tão preciso o horário, chegou um Projeto de Lei do executivo para uma reforma administrativa. Como se fosse uma troca de roupa. Ah, eu botei essa camisa, não encaixou bem, não gostei muito da cor, vou trocar. Mas vocês, população, acham que uma reforma administrativa, onde vai se ter criação de secretaria, ampliação do uso e da utilização da forma de trabalhar de secretarias ou até redução do seu impacto, pode ser tramitado da forma que o Executivo está querendo e está pensando? Eu acredito que é uma responsabilidade muito grande desta Casa, se nós dermos prosseguimentos da forma que o Executivo quer. Já não basta, vocês devem lembrar, lá no mês de agosto, mais ou menos, o cheque em branco que esta casa, na sua maioria, assinou, deixando, permitindo que o Executivo remanejasse, utilizasse recursos da forma que bem quisesse, sem pedir autorização da Câmara Municipal. Então, a gente agindo desta forma, com a reforma administrativa, também o tão falado e tão famoso cartão educação, que eles mandaram também de forma ao apagar das luzes. Por que será? Será que está tudo ok com esse cartão que querem empregar? Se tivesse, tudo ok? Já que desde junho, julho, que se fala desse famoso cartão educação para compra de fardamento, compra de material, já era para ter sido encaminhado para cá. Para que realmente, para que realmente esta casa possa analisar da forma que se é necessário analisar, com calma, sem pressa, sem ser ao apagar das luzes. Visto que o cartão educação é uma iniciativa muito boa, muito louvável, mas de que forma esse cartão será adquirido? Quem irá administrar a utilização deste cartão? Onde poderá se utilizar? Então, são matérias que nós precisamos analisar com calma, vereador Marquinhos, para que não só a gestão municipal, nem nós, enquanto vereadores, possamos ser incorporados em situações que irão prejudicar alguém ou até ser de forma errónea. Então, são dois projetos. Estou citando dois, mas se eu for pegar toda a listagem aqui, tem muito mais. Tem uns cinco que chegou agora nos últimos dez dias, onde era necessário a maioria dos variadores assinarem para poder protocolar. E foi visto aqui no início da sessão a agonia, como se diz no matuto, para se assinar e ter essa quantidade mínima de assinaturas. Então, a gente não pode agir de forma inconsequente, de forma irresponsável, deixar que esses dois projetos, de forma particular, esses dois projetos, tramite com essa urgência toda e sem ser analisado da melhor forma possível. Concedo a parte à vereadora Carol Pires. Bom dia a todos. Obrigada, vereador Tiago, pela parte. sobre o primeiro tema que a V. Exª traz essa manhã, sobre como se pega de surpresa que a pauta da sessão saiu agora, quando a sessão iniciou, então a gente não teve nem tempo de saber o que estava sendo pautado, mas devido à reunião que foi acontecida na presidência, estão aí para trazer essa questão da reforma administrativa para a próxima sessão. E existe um parecer, um tribunal, Já existe aqui a decisão para extinguir os cargos E realizar os concursos públicos Que é uma lei constitucional E se a gente estiver aprovando isso aqui na casa A gente está realmente infringindo a própria defesa da casa Então, nos

apagar das luzes A prefeita manda esse projeto Ela nem pode dizer que não sabia Até porque ela foi notificada com essa decisão Então, isso deveria ter sido bem planejado para a gente poder analisar e acompanhar tudo, para poder também a gente não, de última hora, botar uma votação dessa tão importante como a decisão judicial já existente. Sobre o cartão para todos, tem um vídeo na rede social da prefeita que no final de dezembro estaria sendo entregue esse cartão para as famílias. e a gente já chegou no final do ano, sabe nem se vai passar isso, então, assim, é uma desorganização dessa gestão absurda, é uma falta de planejamento muito grande. Então, que na próxima sessão os nossos EDIs realmente analisem o que é que estão sendo colocados aqui para a gente ter essa responsabilidade de agir com os nossos atos. Agradeço a sua parte. Obrigado, vereadora Carol. Concordo com a vossa excelência. é nítido e claro a falta de planejamento e a falta de organização desta gestão. Eu me lembro bem de uma ex-parlamentar desta casa, que por diversas vezes relatava que o antigo gestor enviava projetos ao apagar das luzes e a câmara tinha que se desdobrar para dar condução. mas, minimamente, se tem um tempo, situações como esta que nós estamos vendo hoje aqui, neste meu, acho que no quinto ano de mandato, nunca vi. Na última sessão, onde, teoricamente, hoje, era para os 21 parlamentares que desejassem, claro, estar agradecendo a população, fazendo um breve relato do seu primeiro ano de mandato, mostrar números para o povo, a gente estava, vereadora Rarica, Ainda para votar a LOA, analisar as Emendas e pasmem, recebendo projetos de leis do Executivo que tiveram o ano todinho para encaminhar para esta casa. E se fosse apenas projetos de leis para nominar rua, denominar instituição, denominar prédio público, ainda se ia. para homenagear alguém pela passagem ao mercado da cidade, ainda era aceitável. Mas, analisar, pasmem, mais uma vez, chegou outro, viu, pessoal? Não ficou só nos dois que eu citei agora, não. E aqui, vereador Michael, Vossa Excelência, que é detentor, que eu acho plausível, que, dependendo do nosso voto, vai ter voto favorável, mas eu quero mostrar aqui a falta de compromisso, responsabilidade e planejamento dessa gestão. Eu me lembro bem, V. Exª, em um dos vídeos, acho que no mês de outubro, devido ao mês de comemoração, ao dia dos agentes do Comitado de Saúde e de Endemias, vim cobrando e até utilizar essa tribuna fazendo essa cobrança. Mas o projeto que é tão cobrado chega hoje, aqui no nosso protocolo. projeto que minimamente tem dois, três meses sendo falado, tratado e cobrado. Uma reforma administrativa que já se falava, acho que antes de assumir o mandato, no dia 1º de janeiro, a atual gestora já se falava nessa reforma administrativa. O cartão educação, volto a dizer, que pelo menos desde o mês de junho, que ela já divulgava, já utilizava o seu bom e belo marketing para divulgar esse cartão educação. Então fica o questionamento, por que só agora? No último dia de sessão legislativa. Eu só venho a crer que é para que a gente não tenha tempo para analisar. porque no apagar das luzes, três matérias tão importantes, tão necessárias, mas que precisam minimamente de um tempo para serem analisadas. Então, só uma dica, se assim eu puder dar essa dica ao Executivo Municipal. Respeitem mais essa casa. Respeite essa casa, que essa casa é para ser parceira do executivo Independente de ser situação ou posição Mas o respeito deve existir Porque ambas, uma precisa da outra Para que o município possa crescer e se desenvolver Agora quando não existe esse respeito mínimo Para essa casa legislativa, nada vai acontecer Nada vai melhorar na nossa cidade Então, a gente só pede isso Se planejem Trabalhem realmente pensando no povo de Parnamirim E não o contrário, como está acontecendo agora Concedo a parte à vereadora Harika Muito obrigada, vereador O senhor é sempre muito nobre na sua fala Principalmente porque quem chega nessa casa legislativa

Assim como os novos vereadores têm essa dificuldade de entender a dinâmica. Mas que oportunidade incrível nós, vereadores recém-eleitos e com o nosso primeiro ano de mandato, e esse sim é um agradecimento. Que experiência incrível de gestão, que experiência incrível de executivo e legislativo dessas relações. E eu vou começar a minha fala a partir da sua última fala, parceria, que o executivo deve existir uma parceria entre o Legislativo. E foi pautada nessa parceria que eu, enquanto mandato, estive no Executivo, provoquei, porque, como a Vossa Excelência falou, esse é um tema que tem sido batido desde o início da gestão. De uma gestão que quebra 24 anos de tradição, e eu não estou falando aqui de gestões anteriores, eu estou falando de caos necessário. A cidade de Pernambuco vivencia um caos necessário, um caos de transição administrativa, de relação com o Legislativo Executivo, porque V. Exª, inclusive, foi um dos que me disse, e que robusteceu a minha fala durante todo o processo de construção legislativa, que o que se saneava nessa Casa Legislativa eram coisas absurdas. E eu, de verdade, não me surpreendo com que chegue de celeridade. Eu fiz o exercício do nosso mandato de fiscalizar e estar junto à Secretaria da Educação, por exemplo, e para falar sobre o cartão que seria, inclusive dado os dois benefícios, a da aquisição dos materiais escolares e também dos fardamentos. E com muita diplomacia, com muita organização, com pareceres organizados da procuradoria, eles decidiram que não, que como é uma experiência nova, iriam fazer a distribuição, inclusive 9 de fevereiro iniciava com as crianças já recebendo o seu cartão, o seu fardamento, isso é sim planejamento. Dentro de uma quebra de um projeto de governo de 24 anos, que não seria diferente, vereador Tiago Fernandes, que se vinha a mesma peça orçamentária. Para você ter uma ideia de como minha pauta era a limpeza urbana, quantas e quantas vezes não vieram a reforma da... a reforma e a implantação da balança do transbordo, e até hoje essa balança ainda não foi finalizada, porque ficaram, sim, remanescentes e estão sendo concluídas agora. Mas eu gostaria de dizer o seguinte, a mudança de cenário é necessária. eu consegui construir e a necessidade de se pensar reforma administrativa agora é para que no início do ano isso já esteja em pauta e que com certeza o município consiga agora sim avançar todo mundo nessa casa legislativa disse que o orçamento vivenciado por professora Nilda tinha sido votado anteriormente que as dificuldades teriam sido votadas anteriormente e nós temos cargos que precisam ser disciplinados e assim como a vereadora Carol Pires disse, existe uma determinação judicial e essa determinação judicial é de responsabilidade nossa cumpri-la também. Então, essa Casa Legislativa precisa, sim, se atentar às mudanças, porque nós precisamos agora começar um novo momento político a partir das mudanças que são permissíveis à nova gestão. Então, a minha fala para o senhor é o seguinte, estamos, sim, atentos. Não entenda que esse movimento político, que o povo de Parnamirim não entenda que esse movimento político nessa Casa, eles estão sendo negligenciados. Pelo contrário, nós estamos tendo, sim, o respeito e o compromisso de voltar às peças e de dizer que nós precisamos começar o próximo ano sem nenhuma marra de uma gestão anterior, de um planejamento anterior. Muito obrigada. Obrigado, vereadora Harica. Sabe do respeito que eu tenho também, Força Excelência, do seu trabalho, mas eu acho que, se falando em parceria, se a gente for mais parceiro do Executivo do que a gente vem sendo, se uma prova clara e límpida das peças orçamentárias, é melhor o Executivo vir para cá e cada um dos 21 variadores ficar em casa. Porque eu acho que parceria maior do que essa é difícil. Falando em tapar buracos, a Sra. Excelência citou, relacionado a, no meu caso, a minha legislatura passada. Sim, como hoje também é de tapa, do mesmo jeito, ou até pior, como eu disse agora

há pouco, não me recordo de projetos de leis na magnitude desses três que eu citei aqui, chegar hoje no apagar das luzes. fala em responsabilidade. Como é que você vai querer tramitar, aprovar, se for o caso, não quero crer nisso, mas aprovar, se for o caso, uma reforma administrativa ao que ninguém aqui ainda teve acesso. Como é que vai saber? Eu li rapidamente, porque coincidência, eu estava no DPL, no ato que chegou o projeto, e eu folheiei de cara, graças a Deus, tive uma professora muito boa, a Finada Elenay Cartaz, que aprendi muito a fazer leitura dinâmica com ela, de cara já vi umas quatro alterações de suma importância. Que eu não estou dizendo que é ruim, não. Não é esse. Mas que são mudanças. E nós precisamos analisar o impacto dessas mudanças. Será que nessas mudanças, inclusive criação de secretaria, será que essa mudança vai necessitar de orçamento? Será que esse orçamento foi contemplado? Até porque a gente vai votar a lua agora. Ou seja, então já não está. Porque, pelo menos nessas secretarias que eu estou sinalizando, duas já não contemplavam lá, na lua. Então já começa por aí. a gente tem que ter o mínimo cuidado para analisar essa especificamente. E falando-se no cartão educação, mais uma vez, me perdoe, mas faltou planejamento. Que vai ser utilizado a partir do próximo ano? Ok. Mas desde junho se fala nesse cartão, junho, julho, algo assim. Então, por que só agora? Só no apagar das luzes. realmente, eu volto a dizer, é apagar das luzes, para que a gente não possa analisar friamente quem vai explorar esse cartão, como vai poder ser utilizado, onde vai poder ser utilizado. Isso aí tudo é muito sério, é orçamento do município, é o nosso dinheiro, dinheiro do povo, que poderá, de forma errônea nossa, ser jogado para o ralo. Então a gente tem que ter muito cuidado, muita cautela realmente nessas duas questões orçamentárias. Concedo a parte ao vereador Maico Borges. Muito obrigado, vereador Tiago Fernandes. Vossa Excelência citou de forma muito coerente, como sempre, de forma muito objetiva, também com muita sabedoria, seus apontamentos com relação às matérias que chegaram aqui na Câmara. Vossa Excelência sabe o respeito que tenho por você, vereador. e eu quero fazer só algumas observações aqui, que eu acho que merecem ser feitas. Primeiro com relação ao regime jurídico dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. Esses profissionais, esse regime jurídico desses profissionais foi fruto de uma ação direta de constitucionalidade do ano de 2022, que derrubou esse regime jurídico. E de lá para cá, ocorreram uma série de questões, inclusive judiciais, algumas delas que já foram sanadas, como, por exemplo, a própria mudança de regime jurídico No ano seguinte, no ano de 2023, nós tivemos a ação direta de constitucionalidade número 5554 no Supremo Tribunal Federal e que determinou que cabe ao chefe do Executivo, sim, a decisão de qual regime jurídico aplicar aos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. Essa semana, na terça-feira, os agentes de combate às endemias de Parnamirim, que enfrentavam uma batalha na Justiça com relação ao questionamento de decisões transitadas em julgado e que reconheciam a realização de processo seletivo por esses profissionais. e na terça-feira nós tivemos um julgamento com relação a essa matéria e o Tribunal de Justiça entende que as ações judiciais que os agentes de endemias ganharam, que concederam a eles que reconheceram o processo seletivo que eles fizeram são ações válidas e que, portanto, eles se aplicam aos requisitos estabelecidos aos dois únicos requisitos estabelecidos na Emenda constitucional nº 51 que é de que os agentes que na data da promulgação da Emenda estiverem em exercício, desde que tenham se submetido anterior ao processo seletivo e que o outro quesito é o marco temporal, que as agências têm que estar em exercício antes da promulgação da Emenda, eles tinham direito ao reconhecimento dos seus vínculos

empregatícios. Então, essa realidade é a que está posta no município de Pernambuco com relação aos agentes de combate às endemias e com relação aos agentes comunitários de saúde, é basicamente a questão do regime jurídico. Conhecendo V. Exª como eu conheço, conhecendo o apreço que V. Exª tem pelos agentes, pois trabalhou com eles quando fazia parte do NASF, andava nas unidades de saúde, conversava até entre seus eleitores, agentes comunitário de saúde, tenho certeza que nós contaremos com o vosso apoio, com o vosso empenho. Inclusive, na sequência, estarei pedindo uma questão de ordem para que essa matéria seja pautada e que nós corrijamos essa injustiça de forma definitiva. Com relação à criação do cartão de fardamento, talvez seja um elemento que nós tenhamos que analisar em material escolar, seja um elemento que precise de uma profunda fiscalização posteriormente. Mas é claro que a gente não pode aqui penalizar os estudantes que já passaram um ano sem fardamento, eles não podem passar outro ano sem fardamento, e com a liberdade de poderem adquirir esses equipamentos, esses materiais, caderno, mochila, o próprio fardamento. Então, é importante que a gente vote porque o ano está virando, e quando virar o ano a gente vai ter o início das aulas, e essas crianças, como é que elas vão ficar? Então, eu entendo a sua preocupação, concordo com a preocupação de Vossa Excelência, mas acho que a gente não pode aqui correr o risco de penalizar essas crianças. Outra questão, só para finalizar, vereador, se o senhor me permitir, claro, é com relação à reforma administrativa. Nós encaminhamos aqui um valor grande para a defesa e proteção dos animais, mas nós, infelizmente, não tínhamos um setor responsável por essa execução. E dentro dessa reforma, veio a Coordenadoria de Defesa e Proteção dos Animais, que tem o objetivo de agremiar as ações de luta e defesa e proteção dos animais para dar um direcionamento. Também ver algumas coordenações importantes, como a coordenação do saldo bucal, o que a decisão judicial, a da pesca também, a coordenadoria da pesca, que é importante para que o município receba recursos federais, também com relação ao que o vereador Marco Diniz até apontou aqui, a vereadora Carol Pires também, com relação à decisão judicial. Existe uma decisão judicial que diz que os cargos de N1, N2, N3, que são cargos genéricos, cargos que, de fato, o que é um N1? O que é um N2? O que é um N3? então são cargos genéricos que eles são designados para determinadas secretarias e lá se dá o nome, lá se define o que esse cara vai assumir, o que essa pessoa vai assumir então você tem um N2, aí você vai para a saúde, vai para a educação e lá se decide o que ele vai fazer, então são cargos coringa e por ser carro coringa, existe uma decisão judicial que pede a extinção desses cargos então essa reforma vem justamente modificando a característica desses cargos ela extingue esses cargos para criar de fato coordenadoria de defesa e proteção dos animais Coordenadoria de Pesca, Coordenadoria de Saúde Bucal Então ela vem para dar Essa reforma em alguns pontos Veja bem, não estou falando em todos Mas em alguns pontos Ela vem para dar resposta A essa decisão judicial E para responder pleitos que nós mesmos vereadores Temos cobrado aqui Vou repetir, como é o caso da Coordenadoria de Defesa e Proteção Dos animais que está contida na reforma Muito obrigado vereador, é só para contribuir Com os apontamentos de vossa excelência Obrigado vereador Michael vossa excelência sabe também todo o respeito que tenho por excelência pelo seu mandato seus argumentos excelentes mas só reforça se me permite, tudo o que eu já falei até o momento, que falta planejamento não estou indicando que o regime jurídico dos agentes de contato de saúde e dos agentes de endemias não é importante, que o cartão não é importante, que a reforma não é importante Mas faltou planejamento, isso é fato. Chegou no apagado às luzes, chegou hoje. Isso é um absurdo. No

último dia de sessão, para que a gente não tenha tempo mínimo, e quando eu digo mínimo, é mínimo, é 10, meia hora, para analisar todos esses projetos. É um aparto, Heredou. Então, a importância aqui é inquestionável desses projetos. Mas a falta de planejamento também é, e é ainda maior, porque não respeita em nada, mais uma prova disso é essa casa legislativa. Conselho da parte do vereador professor Ítalo. Muito obrigado vereador Tiago Fernandes, e aqui eu vou na realidade reforçar o que já foi dito, e vou reforçar a importância do seu trabalho, e aqui está sendo árduo, e parabéns por esse trabalho que você vem executando, está até acima de muitas expectativas, então, isso é importante sim, tudo o que você está dizendo aí não tira uma vírgula. A questão do planejamento, eu acho que, o que eu venho dizendo, até Gabriel disse, planejamento é educação, planejamento, planejamento, isso aí eu não tiro aqui, está faltando um planejamento, sim, isso aí eu não tiro, e a gente vem dizendo, Precisa ter um planejamento para a educação. A educação só funciona com planejamento. Como foi dito no evento, acho que foi na festa do Boi, sobre o cartão, não, foi antes disso. E ficou, ficou, ficou. Mas chegou. E aí, isso aqui não é só a Câmara de Parnamirim, não. Se você pesquisar hoje as câmaras do Brasil todo, as assembleias, o Congresso Nacional vota até de madrugada. Tem sessão que vai até de madrugada e vai. É assim mesmo. Está certo? Não. Mas é o que é. Então, é o sonho e a realidade. O sonho é que tudo acontecesse, mandasse antes, a gente tivesse tempo. Mas, infelizmente, por falta de planejamento, isso não é só Pernambuco, Brasil inteiro, surgem as coisas do dia para a noite. Eu estou aqui há mais tempo, Mirani, Binho, quantos projetos vieram das gestões passadas No dia, no último dia, o Presidente pautou, no último dia. Vou dar dois exemplos. Secretaria de Habitação foi criada no último dia. Secretaria da Mulher, criada no último dia, sem orçamento, do mesmo jeito. Então, não é novidade, isso aqui não é novidade, não. É, claro, vamos melhorar, e eu concordo inteiramente com a Vossa Excelência, a gente precisa melhorar isso. Mas hoje, está trazendo benefícios, como o Maico disse, essa reforma administrativa, está criando cargos que... Eu sempre briguei, doutor Fábio, pela secretaria de licitação, a gente tem problema de licitação aqui no município, fica lá a administração com todos os projetos, está se criando, está se criando com as coordenadorias, sempre fala isso, as grandes prefeituras têm alguém em Brasília para despachar aqueles projetos, vai ter também. Então, é benefício, vem em cima da hora, no dia, Veio. Está errado? Está. Mas agora a gente precisa avançar. E aí é isso que a gente está discutindo, as melhorias. Então, o senhor está certo nisso, mas, ao mesmo tempo, os benefícios para a nossa cidade. Tenho certeza que essa Câmara vai hoje avançar, como no Brasil inteiro se passa horas e horas, em cima da hora, mas consegue melhorar. Muito obrigado. Mais uma vez, parabéns pelo seu trabalho, você é um guerreiro isso eu posso dizer pra você obrigado vereador professor Ítalo realmente não vem sendo uma tarefa fácil porque é muita luta pra gente tentar tapar os buracos não sozinho, claro mas é um trabalho árduo que nós que somos de oposição estamos enfrentando mas Deus está com a gente e vai continuar vencendo Mas só para, antes de passar para o vereador Gabriel, obrigado pelas palavras, mais uma vez, sabe do respeito que eu tento em Vossa Excelência, esse é o mandato. Mas eu acho que a gente também não pode, se é que parar por baixo. Não é porque está tudo ruim, que Parnamirim vai ser diferente, que ele vai ser melhor, não. Não teve tempo, não já vinha sendo anunciado, o marketing não já vinha falando, aos quatro cantos da cidade, que ia ter isso, ia ter aquilo. então por que não fazer com o tempo hábil, minha gente? Aí será que mais uma vez, esta casa vai ter que tapar o buraco e ir correndo o risco de ter erros só para afagar o ego? Não. Eu disse, é recurso público, é recurso do nosso povo. E nós temos

responsabilidades. A população nos escolheu aqui para ter os 21 aqui e os representando. Então, a gente precisa, sim, ser coerente, ser responsável, não deixar que qualquer coisa chegue da forma que está agora, ao apagar das luzes. E aprovar porque, ah, chegou agora, faltou planejamento, sim, mas chegou, vamos aprovar. Não, não pode ser assim, não. Vossa Excelência citou de diversas criações, concordo, de extrema necessidade, muitos pontos. Mas o que isso vai impactar, de fato, a criação por si só, ok. Mas como está lá no descritivo? Se a gente precisa ter acesso, a gente precisa ver, para ver se realmente o que está lá é o que vai favorecer esses benefícios acontecerem. Concedo a parte ao vereador Gabriel César. Obrigado, vereador Tiago Fernandes. É uma situação que acontece nesta manhã, que é muito complexa. O Executivo está mandando projetos importantíssimos para esta casa nesta manhã, mas, pelo que eu estou acompanhando, me corrijam se eu estiver errado, o projeto vai entrar nessa ou na próxima sessão, na sessão seguinte, que vai ser hoje. A gente já vai votar a aprovação desse projeto e eu pergunto à vossa excelência, pessoal que acompanha em casa, sinceramente, para analisar um projeto entre 15 minutos de uma sessão para outra, um projeto desse que tem uma importância tão grande para votar no dia de hoje, senhor Presidente, para mim é muito difícil. É muito difícil. Ainda mais que nós estamos falando aí de uma reestruturação do poder executivo. Como é que eu vou votar humanamente? Eu parabenizo se alguém conseguir votar ou analisar um projeto desse em menos de dez minutos, porque é uma responsabilidade muito grande. Então, eu sugiro, seu Presidente, eu, o vereador Gabriel César, eu não tenho capacidade técnica para analisar em menos de uma hora, 15 minutos, um projeto tão importante como esse. Eu tenho que reunir minha equipe de assessoria jurídica, minha equipe de assessoria contábil, sentar com meus assessores para analisar. O que é que eu peço a vossa excelência, seu Presidente? Se for o caso, é possível uma sessão extraordinária, marca segunda-feira ou terça-feira, num sábado, outro horário, mas o problema é que a gente tem tempo hábil para poder analisar. Eu fui um dos que mais cobrou esse fardamento. Amanhã finaliza o período letivo, sem fardas, crianças. Eu sou um dos mais interessados, porque essas crianças têm fardas, mas eu não tenho como analisar um projeto desse que vai ser lido na próxima sessão, aí que eu vou ter acesso a esse projeto, porque explicar para a população. Primeiro, o projeto é lido. Depois que ele é lido em uma sessão, nós temos acesso ao projeto, para poder analisar o projeto, e de acordo com o Regimento Interno, são cinco dias para a gente poder Emendar, não tem como fazer em uma correria tão grande. E, salvo engano, o projeto não está em regime de urgência, que ainda vai entrar. Ou seja, eu tenho muita dificuldade para aprovar um projeto que vai entrar em uma sessão e ser aprovado em outra. O que eu sugiro aqui aos colegas é o quê? Marcamos uma sessão extraordinária, não tem problema, mas que tenha pelo menos aí, pelo menos, seu Presidente, 24 horas ou 48 horas para poder analisar esse projeto. É muito difícil ter que votar um projeto aqui que, inclusive, se tiver alguma coisa errada, como já aconteceu do Executivo encaminhar. Não quero desmerecer o Executivo, mas acontece, às vezes é um artigo errado, algo que não... Como foi encaminhado as peças orçamentárias e teve que voltar para o Executivo para fazer os ajustes. Aí vamos imaginar que mandou esse projeto, é que esse projeto tem um erro formal, esse projeto tem um erro, aí vai retornar, como é? Vai aprovar, vai errar, então assim, então, Sr. Presidente, o que eu solicito a essa Casa é que a gente possa fazer uma sessão extraordinária e voltar esses projetos, porque realmente é muito difícil e sempre ficar para o último dia. E aí fica o questionamento. Se houve um planejamento desse cartão, que foi divulgado nas redes sociais, salvo engano, em setembro ou foi em agosto, que

ia ter esse cartão, por que mandar no último dia de sessão? Alguma coisa de errado aconteceu. Eu posso imaginar. Não tem motivo para mandar no último dia de sessão. Se estava desde agosto, foi divulgado. Na rede sociais, a prefeita divulgou o cartão, mas chegar no último dia... Então, assim, é complicado. Então, seu Presidente, eu solicito que possa ter uma sessão extraordinária, para a gente poder analisar. Ou então a gente paralisa a primeira sessão aqui, passa 24 horas aqui, dê um prazo mínimo para a gente analisar, a gente vira à noite aqui, vai para o título, volta, até ter a análise completa do projeto. Eu vi o projeto ali, são várias laudas, é um projeto que é importantíssimo para o município de Parnamirim, mas para voltar nesse formato, em menos de três, duas horas, com três sessões e tudo, é muito difícil, meu amigo Teco Ferreira. Então, espero que os colegas vereadores entendam o meu posicionamento, minha sugestão, Porque eu não vejo problema de fazer uma sessão extraordinária e a gente discuta isso aqui. A gente discuta com calma, vê o projeto, se tiver os pontos positivos, vamos lá, altera. Mas nesse formato é muito difícil. E o regimento disse que tem que ter no mínimo cinco dias para a gente poder andar do seu projeto. Muito obrigado. Obrigado, vereador Gabriel. Só para reforçar a informação, Vossa Excelência, saiu na mídia dia 15 de agosto. Prefeitura lança cartão, educa Parnamirim. Por que só após quatro meses do lançamento que esse projeto é encaminhado à Casa Legislativa? Então, nos gera realmente alguns questionamentos. Por que disso? Se é um projeto que, de fato, entende perfeitamente sua importância, sua necessidade, vai fomentar a economia local, vai facilitar que as famílias, os nossos alunos, adquiram seu material conforme seu gosto, seu fardamento com tamanho adequado. Ok, mas por que tanto tempo para chegar a essa Casa Legislativa? Não só a demora, mas no último dia. É para que nós não possamos analisar como deve ser analisado. Só me resta crer isto. Então, fica aqui, a todos os vereadores, a toda a população, esse pedido, acatando e corroborando com o vereador Gabriel César, de que seja solicitado, se for o caso, uma sessão extraordinária, mas para que nós possamos analisar realmente esses projetos com o tempo mínimo e não incorrer no erro que a gestão já vem cometendo, mas para que a gente não seja cúmplice, de fato. porque isso aí pode ter certeza que não serei não serei responsável e inconsequente de aprovar projetos como este de qualquer forma muito obrigado senhor Presidente senhor Presidente tem uma questão de ordem para submeter ao plenário é que o projeto 056 que é o projeto que trata do regime jurídico dos agentes comunitários de saúde dos agentes de combate às endemias possa entrar na pauta na Ordem do Dia Espera aí, na Ordem do Dia ou entrar em pauta? Perdão, Presidente, entrar em pauta para que entre na Ordem do Dia da próxima, para a votação da próxima sessão Eu entendi o que você quer dizer, submeta ao plenário a autorização para que o Projeto de Lei que trata do regime jurídico dos agentes de saúde e agentes de endemias possam entrar em pauta na próxima sessão Junto com os outros Junto com os demais que já foram autorizados pelo plenário Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Senhoras e senhores, como não há mais oradores inscritos, passaremos a hora do dia. Solicito o registro da frequência para que a gente possa iniciar a hora do dia. Microfono aqui de Gabriel César. Presidente, questão de ordem. Esse projeto 215 da LOA, que vai ser voltado agora, o que acontece? Antes, eu solicitei justamente a questão se tinha entrado em pauta os pareceres das comissões, mas no site da Câmara tem a pauta que foi lida naquele dia, e à noite houve uma retificação, mandada a pauta às 8h47, antes do feriado houve essa retificação. Mas o que é que eu questiono aqui? Foi lida o parecer da LOA, mas as Emendas não constam num DOC. Então, foi lido o parecer. Eu não consegui ter acesso ao parecer. Caso eu entendesse

que seria necessário entrar com algum recurso, eu teria acesso a esse parecer. Então, fica muito difícil a gente voltar agora às Emendas sem ter tido antes o acesso ao parecer da comissão de orçamento sobre as Emendas. Não foi disponibilizado no DOC. Senhor Presidente, eu só gostaria também que seja verificado pelo Poder Legislativo na ata da terça-feira, se foi lido realmente pelo primeiro Secretário, dá uma olhada novamente na ata, se foi lido o parecer da comissão. Porque como só apareceu à noite a leitura, às 8h47, eu preciso dessa confirmação. Caso contrário, eu não tenha tido acesso, como os colegas já, mas não teve acesso ao parecer da comissão, não tem como a gente voltar ao Projeto de Lei sem ter antes tido acesso ao parecer. Isso, vereador Gabriel, respondendo o questionamento de vossa excelência, o DPL informa que o parecer foi lido, certo? e tanto o parecer das Emendas também, e ele é disponibilizado ao vereador que requer o DPL, certo? Mas foi lido, teve a sua tramitação correta. E aí o vereador que precisa ter acesso ao parecer para ver com relação às suas próprias Emendas, aí tem que ser solicitado ao DPL, isso é informação do próprio processo legislativo. Presidente, mas o questionamento é justamente esse. Nós estamos solicitando a ver se o primeiro Secretário ler o parecer, que se consta na última ata, porque no documento que eu fui verificar na terça-feira, após a sessão, não constava lá os pareceres de 215. Esse parecer só foi enviado às 8h47 da terça-feira, quase 9h da noite. E não consta num DOC, porque, geralmente, após os projetos entrarem, aqui todos os projetos pareceres, eles são disponibilizados automaticamente num DOC. Então, não consta que eu preciso ter acesso se minhas Emendas foram aprovadas ou rejeitadas, E eu não tive acesso a essa documentação desse parecer, até caso tenha sido rejeitada, para solicitar um recurso. Então, eu solicito, se possível, senhor Presidente, solicitar à equipe que verifique a ata, se foi lida pelo primeiro Secretário ou parecer 215, porque só consta na pauta que foi enviada às 9 horas da noite, após a sessão. Pronto, estou recebendo aqui informações. O parecer foi repassado para o chefe do gabinete, o vereador Gabriel, ontem mesmo, pela manhã. Assim é a informação que o departamento passou para mim, certo? Aí, se V. Exª tiver mais algum questionamento, a gente pode abrir, antes de iniciar a votação, não tem problema, Gabriel, a gente faz, e até V. Exª se sentir à vontade de votar. Senhor Presidente, eu vou solicitar justamente a equipe agora, caso tenha tido acesso a esse parecer, justamente para que a gente possa verificar. Só peço que eu aguarde um pouco antes de começar a votação do projeto para ter acesso aqui, vou verificar agora com a equipe. Senhoras e senhores, na hora do dia nós temos, em única discussão, em única votação, solicito que as senhoras e senhores vereadores tomem assento. Na hora do dia nós temos, em única discussão, em única votação, o Projeto de Lei Complementar 022/2025, que institui descontos no pagamento de imposto predial e territorial urbano, IPTU, no exercício de 2026 a 2028 e dá outras providências. Exaltou, Poder Executivo Municipal, Prefeita Raimunda Nilda da Silva Cruz. Em única discussão, em única votação, vereador Gabriel César, vereadora Rarka Bastos. Lembrando que o projeto tramita em regime de urgência conforme Requerimento legislativo 416/2025, aprovado na centésima e trigésima sessão ordinária realizada dia 10 de dezembro de 2025. Vereador Ararica Bastos Aprovado e única votação Projeto de Lei Complementar 022/2025 Senhoras e senhores vereadores Em única discussão, única votação Nós temos a Emenda 01/2025 Ao Projeto de Lei 012/2025 Que acrescenta o artigo 15 Ao Projeto de Lei Complementar 012/2025 Estabelecendo sua vigência Autor, Poder Legislativo Municipal Comissão Permanente de Constituição, Legislação e Redação Final Em única discussão Em única discussão, em única votação, a Emenda 01/2025 ao projeto 012/2025. Em única

votação. Senhoras e senhores vereadores, o sistema está apresentando inconsistência, nós vamos fazer da forma tradicional. Nós estamos discutindo a Emenda 01/2025 ao Projeto de Lei Complementar 012/2025, que acrescenta o artigo 15 ao Projeto de Lei Complementar 012/2025, estabelecendo sua vigência. Autor, Poder Legislativo Municipal, Comissão de Constituição, Legislação e Redação Final. Em única discussão, em única votação, aqueles que aprovam permanecem como se encontram, aprovado. Senhoras e senhores vereadores, nós temos em pauta, em única discussão, em única votação, a Emenda 01/2025 ao Projeto de Lei 127/2025, que altera o artigo 1º do Projeto de Lei 127/2025. Autor, Poder Legislativo Municipal, Comissão Permanente de Constituição, Legislação e Redação Final. Em única discussão, em única votação, aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Em pauta, nós temos em única discussão, em única votação, as Emendas ao Projeto de Lei 215/2025, que estima a receita e fixa a despesa do município de Parnamirim para o exercício 2026 e dá outras providências. Autor, Poder Executivo Municipal, Prefeita Raimundo Danilo da Silva Cruz. Senhoras e senhores vereadores, nós vamos fazer a votação... Em discussão, senhor Presidente. Em discussão, o vereador Gabriel César. Lembrando, antes de você discutir, que nós vamos fazer em bloco. Se o povo Ventura quiser discutir alguma Emenda específica, solicito destaque. Em discussão, o vereador Gabriel César. Senhor Presidente, obrigado mais uma vez, bom dia a todos. Primeiro ponto, a Emenda foi passada ontem para o assessor, mas não pelo DPL, foi passada pela Luana, que é uma assessora que ajudou a comissão de orçamento. Então, do DPL para o nosso gabinete não houve. Segundo ponto, nós já solicitamos a gravação para verificar se realmente foi lido o parecer pelo primeiro Secretário do projeto 215, o parecer de orçamento, estamos verificando isso. Terceiro ponto, sobre a questão da retificação, houve uma retificação dessa pauta que entrou na terça-feira à noite e vieram a pauta reajustada com o projeto 215. Eu digo isso, senhor Presidente, para que fique registrado nessa casa, para que caso eu estou já com, tive acesso aqui agora ao parecer da comissão, eu verifiquei que algumas Emendas minhas foram rejeitadas. E eu trago aqui para a vossa excelência, fazendo aqui uma rápida análise, eu verifiquei que a Emenda, por exemplo, a Emenda da marcha para Jesus foi rejeitada pela comissão. Mas a comissão havia passado alguns critérios de que a Emenda teria que ser até 250 mil. A Emenda da marcha foi no valor de 250 mil. Por isso que eu preciso ter acesso ao parecer para entender, houve uma Emenda no valor de 250 mil, inclusive, foi a mesma Emenda, senhor Presidente, que eu fiz no ano passado, e a comissão, vossa excelência como Presidente, aprovou. Na época, era vossa excelência e o vereador Marquinhos e Hamilton, que faziam parte da comissão de orçamento, aprovaram as Emendas. A Emenda está do mesmo jeito. Nós estamos retirando 250 mil do Carnaval, uma Emenda modificativa e destinando para a marcha para Jesus. A mesma Emenda que foi realizada no ano de 2024, que nós realizamos também no ano de 2023, todos os anos fizemos Emendas modificativas. E pelo que tem aqui, não tem uma justificativa técnica do parecer da comissão, tem uma justificativa, mas uma justificativa genérica, dizendo que a gente está mexendo aqui no orçamento e iria prejudicar o orçamento do Poder Executivo. Então, eu faço essa solicita que seja destacada essas Emendas para que a gente possa discutir. Porque se foi aprovado no ano passado o mesmo valor e está dentro da recomendação da comissão, que a comissão na sessão passada rejeitou minhas Emendas. Eu vou aguardar aqui, senhor Presidente, para que eu consiga raciocinar aqui e tenha silêncio. Por favor, peço a colaboração dos colegas vereadores. Na sessão passada, minha Emenda foi vetada do PPA porque eu fiz uma

Emenda acima do valor. Foi um milhão de reais que informaram que teve essa orientação, mas de forma registrada não teve. E agora minha Emenda de 250 mil, que é o teto que a comissão colocou, de acordo com a última sessão, agora foi rejeitada. Por qual motivo? Você está dentro dos 250 mil. 250 mil a mais para Jesus foi rejeitada. a gente tem 4 milhões de um carnaval, a gente tirou 250 mil, não consegue esse recurso ir para lá. Então, senhor Presidente, eu questionei desde o início a questão do parecer, porque eu iria entrar com o recurso. E a gente vai verificar, caso não tenha sido lido dentro do primeiro Secretário, nós iremos entrar com o recurso, porque houve um erro na tramitação. Caso tenha ocorrido esse erro, nós iremos entrar com o recurso para que veja a situação das Emendas. Aí eu separei aqui também, senhor Presidente, as Emendas modificativas. Para 2026, 4.567.000 para o carnaval. Nós tiramos 250.000 para a marcha. Fizemos uma Emenda também, que foi reprovada aqui, uma Emenda que tem para criar abrigo de transporte, implantar pontos de parada de apoio para veículos de transporte aplicativo, Uber, mototaxi, criar abrigos. A Emenda foi rejeitada no valor de 50.000, mas sabe o que chama a atenção? Porque nós retiramos, existe uma Emenda no valor de 390 mil, dentro da Secretaria de Transportes, 390 mil para implantar paradas no município de Parnamirim. Aí eu retirei 50 mil disso e criei também um abrigo, um local para Uber. Ou seja, eu retirei de abrigo para abrigo. A Emenda no valor de 50 mil foi reprovada, modificativa. Mais uma questão. Reprovaram o da Marcha, pelo que eu estou vendo aqui, ou o da UBS, que foi reprovado no PPA. E lembrando, consta na LDO as alterações que nós colocamos aqui, e eu não entendo a justificativa por que essas Emendas foram rejeitadas. Aí, senhor Presidente, eu retorno aqui à análise técnico-contábil. No ponto de vista do equilíbrio orçamentário, Não se presume de forma abstrata a análise que foi feita das Emendas. Se houve um impacto, a comissão informou que houve um impacto e ia prejudicar aquela parte, aquele programa, cadê esse impacto? Outro ponto. Do ponto de vista institucional, a rejeição das Emendas sob o argumento de preservação do planejamento e de suposta dificuldade de futura execução do Poder Executivo, acaba por antecipar juízo, que é o próprio Poder Executivo. Na hora que nós fazemos as Emendas modificativas, quem vai dizer se consegue cumprir ou não é o Poder Executivo. Mas a comissão já está informando que o Poder Executivo não vai, só que compete a ela. Por isso que ela consegue vetar as Emendas. Então, por qual motivo essa outra Emenda, as Emendas foram vetadas? Então, a justificativa da comissão, que eu tive aqui acesso rápido, não bate, senhor Presidente. Agora, se fosse a justificativa política, aí tudo bem. Mas a justificativa técnica é continuando. Outra coisa, senhor Presidente, a prefeita tem 15% de remanejamento. Se nós fizermos uma Emenda de 50 mil e outra de 200 mil e ela não consegue cumprir, ela pode usar o remanejamento que vai ser aprovado por essa casa para retirar de uma ação e colocar em outra. Então, não vejo justificativas para ter reprovado essas nossas Emendas. E para finalizar, senhor Presidente, para finalizar, registra ainda que historicamente a Câmara Municipal de Parnamirim, por intermédio da Comissão de Finanças não adota na fase do parecer postura de defesa prévia da conveniência administrativa do Poder Executivo, como aconteceu no ano passado. A gente falou aqui anteriormente que o orçamento que a Nilda está trabalhando hoje não foi o orçamento que ela queria, mas eu me recordo bem, senhor Presidente, Vossa Excelência apoiou a prefeita Nilda, fez parte da base e aprovou nela. E eu me lembro que houve várias discussões aqui que, inclusive, os futuros Secretários sentaram com a comissão e pontuaram ações que poderiam ser executadas pela comissão. E a comissão fez ajustes. Então, falar que o orçamento desse ano foi 100% do jeito que estava em mandato não foi, porque a comissão

fez várias alterações justamente para tentar ajudar o poder executivo no ano 2025. Então, se naquele momento tivesse identificado que a Emenda da marcha 250 mil teria que ter sido vetada, teria sido vetada. E ela cumpriu, a primeira Emenda que foi cumprida minha, seu Presidente, esse ano, foi a Emenda da marcha. Ela cumpriu uma Emenda impositiva, que não é minha, é do povo, a gente só direciona, e a Emenda modificativa, foi 480 mil. E foi um grande sucesso esse evento. Eu não entendo por qual motivo agora foi novamente rejeitada. Então, seu Presidente, para finalizar, ficam aqui meus questionamentos. Eu trouxe aqui as duas Emendas, consegui ter acesso aqui a outra Emenda. Está aqui, tanto o parecer do ano passado, 2024, dizendo que minha Emenda estava 100% de acordo com o que estava, não foi rejeitada. A Emenda está do mesmo jeito, retirando recursos do mesmo local. Esse da... a gente retirou recursos aqui também, por exemplo, do gabinete civil, outra Emenda. Tem 4 milhões para mídias. A gente tirou um recurso também para resolver aqui algumas demandas. Mas eu faço essa indagação aqui com os colegas vereadores, deixando registrado também, caso o primeiro Secretário não tenha lido ali a ata, que a gente vai entrar com recurso, e essa votação aqui vai ter que fazer outra votação do PL 215. Porque, pelos motivos que eu estou trazendo aqui para vocês, não tem justificativa técnica contábil para vetar essas Emendas. Essa Emenda do abrigo, que eu terei de um abrigo, que é abrigo de passageiro, para abrigo, para transporte de aplicativos, 50 mil, por exemplo, ser rejeitado a Emenda modificativa. Inclusive, a comissão fez um mutirão para analisar as Emendas. A comissão fez uma análise para analisar as Emendas. Será que não viram? Falaram, como aconteceu? Sua Emenda está errada. Isso aqui faz o rajudo. Isso não houve. Então, o meu questionamento é o quê? Não vejo motivo técnico, contábil, sobre essa rejeição. Inclusive teve, com todo respeito aos colegas vereadores, o mesmo vereador que votou em 2024 a favor da Emenda, agora votou contra a Emenda pela rejeição. E a Emenda está do mesmo jeito, retirando o dedo do mesmo local. E a prefeita executou as Emendas nesse ano, então ela não iria deixar de executar. E mesmo se precisasse desse recurso para fazer em outra secretaria, ela tem um remanejamento de 15%, retirava de um canto para outro. Então, seu Presidente, eu peço que na votação, o primeiro Secretário, o Presidente, faça o destaque dessas Emendas para que a gente possa votar, mas o meu voto é justamente que as Emendas não sejam rejeitadas, que eu teria que entrar com o parecer, mas justamente o meu voto é contrário ao parecer nessas Emendas pela comissão de orçamento. pelos fatos que eu citei aqui, tive que analisar rapidamente, pelo que aconteceu por isso que eu estou solicitando desde a terça-feira, seu Presidente a questão do parque, perguntei se foi lida entrei no site do Undoc, porque desde terça eu estou vendo as Emendas, como as Emendas foram eu perdi realmente o prazo, na semana passada do PPA, ontem eu fiquei até 1h da manhã vendo as pautas, aí foi aí quando o DPL explicou que houve uma retificação dessa pauta, e eu não encontrei no Undoc os pareceres do que seria votado hoje então realmente fica muito difícil nessa situação, mas deixando tudo claro e explícito porque se realmente houve um erro de tramitação a gente vai entrar com toda a solicitação para que a gente não seja prejudicado e o povo, lembrando que esse é um evento para o povo cristão evangélico ontem foi divulgado pela prefeitura a Emenda nossa também, que é a semana da arte evangélica é 19 horas, eu passei ontem vim ontem para o evento, não houve a execução da semana da arte evangélica foi divulgado, não saiu da prefeitura tem Emenda nossa impositiva e é Projeto de Lei independente se eu estou aqui ou não, tem que ser cumprido. Então, senhor Presidente, faço esse pequeno resumo para os colegas vereadores, que eu entendo que houve uma indestramitação e não tem

justificativa. O meu questionamento, para finalizar agora, o meu questionamento, senhor Presidente, é porque se tivesse tido acesso ao parecer num DOC na terça-feira, eu já teria entrado com o recurso para poder analisar e apontar tudo o que eu falei aqui para os senhores. Agradeço, vereador Gabriel César. Antemão, quero garantir à vossa excelência que nós estamos em uma casa democrática e, acima de tudo, uma casa justa. Então, eu vou dar a oportunidade à vossa excelência de fazer essa análise e, legalmente, obviamente, dentro da legalidade, o que for possível, a gente vai fazer para respeitar as Emendas de vossa excelência. Fique tranquilo, aqui não fazemos distinção política, absolutamente. Nós estamos aqui para fazer o que é o certo. Então, peço a vossa excelência que faça a análise das Emendas, veja qual for o parecer e qual a justificativa técnica da Comissão de Finanças para ter rejeitado as suas Emendas. E eu quero garantir à Vossa Excelência de que vamos acolher a sua solicitação, desde que esteja dentro da legalidade, para que a gente possa garantir o bom desempenho do seu mandato. Isso aí, Vossa Excelência, pode ficar tranquila. Ainda em discussão? Discussão, Presidente. Vereador, eu fui a responsável pela relatoria, na realidade, que assinei a relatoria, porque dentro da infinidade de Emendas e análises, a gente precisou do apoio integral do jurídico que estava dando assessoria à Comissão de Finanças. Então, referente aos abrigos, entendo toda a colocação de V. Exª e reforço, não só você, mas também Carol Pires, também a vereadora Raulista de Kleine, que se puderem proceder com as dúvidas, é necessário que chegue até a comissão, mesmo porque o que nos foi passado é que no contraponto das três peças essa Emenda não casava com as três então tiveram Emendas rejeitadas tanto de vossa excelência na minha relatoria quanto da vereadora Carol Pires eu gostaria que vocês realmente fizessem essa análise procedesse o envio para a comissão para que a gente possa sim dar um retorno responsável para o mandato de vossas excelências Mas, contudo, o parecer para a rejeição foi embasado na ausência de constar nas três peças o mesmo objeto. Muito obrigada. Em discussão, em votação. Senhoras e senhores vereadores, nós temos a votação em bloco da Emenda 01 até a 423. Mas você não ia fazer o destaque? Vossa Excelência quer fazer o destaque em quais? Nesse caso, era para consultar a procuradoria, nesse caso, por exemplo, como gerou essa lei, uma necessitação dessas nossas Emendas, que nós iremos aprovar agora as Emendas, depois já vai aprovar o Projeto de Lei. Então não tem como incluir as Emendas se houve algum problema, depois no Projeto de Lei, era justamente se poderia ter análise nesse questão, teria como destacar essas Emendas, enfim. Não, mas não vai aprovar tudo, porque minhas Emendas foram rejeitadas. Ou então a gente faz a votação para não rejeitar as Emendas. Vossa Excelência, se refere às Emendas 084, 167, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 242, 252, 271, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 390, 407, 408, 411 e 412. Essas foram consideradas rejeitadas, não só de V. Exª, mas dos demais parlamentares desta Casa Legislativa, foram rejeitadas automaticamente pela Comissão Permanente de Orçamento e Finanças. Então, essas Emendas especificamente não estão sendo votadas aqui. O que V. Exª está propondo é um recurso para as suas Emendas, e aí a gente pode analisar o recurso posteriormente, sem prejuízo das ações de V. Exª, certo? Mas essas Emendas que estou citando agora foram rejeitadas automaticamente, elas não se incluem nessa votação de agora, certo? V. Exª pode requerer o recurso, e esse recurso será analisado por este plenário. Sr. Presidente, questão de ordem, a única dúvida é referente que após a aprovação, como é que seria feita essa questão legislativa? Que a gente vai aprovar agora as Emendas e depois vai provocar ou vai votar no Projeto de Lei em si. Aí essa Emenda iria entrar posteriormente?

Exatamente. Nós temos o prazo regimental ainda, inclusive para a redação final, após a votação. V. Exª pode requerer o recurso e a gente vai submeter o plenário. O plenário decidindo que essas ações de V. Exª, Emendas de V. Exª, estão constitucionais e estão dentro e podem passar para ser aprovadas para ir para a execução, nós vamos fazer. Nós já poderíamos, Sr. Presidente, já submeter o plenário agora. Eu citaria quais são as Emendas, a Emenda da marcha, a dos Emendas, que, caso a maioria aqui vá pela aprovação dessas Emendas, já entraria agora em votação. Sr. Presidente, a título de sugestão, eu percebo que a Emenda que mais preocupa o vereador Gabriel César é a Emenda relativa à marcha para Jesus, que é a Emenda no valor de 250 mil eu acredito que seja de bom tom a submeter aos novos colegas vereadores exclusivamente a Emenda que trata da marcha para Jesus para que ocorra a aprovação dessa Emenda, a inclusão dessa Emenda para que o orçamento possa tramitar Porque, do contrário, se essa matéria for votada com esse destaque, nós vamos ficar com a parte do orçamento presa. Se ainda falta votar uma Emenda que seja ao orçamento, então todo o orçamento é comprometido. Então, senhor Presidente, a título de sugestão, se o vereador Gabriel assim concordar, se os novos colegas vereadores concordarem também, seria apresentar apenas a reinclusão da Emenda que trata da Marcha para Jesus, em valor de R$ 250 mil, do vereador Gabriel Seja. Vereador Gabriel, estou aqui com as Emendas que V. Exª se refere. A 301/2025, que é a realização anual da Marcha para Jesus em Parnamirim. A Emenda 302/2025, que é a promoção e ou apoio a eventos de esporte e lazer no município de Parnamirim. A Emenda 303, construção da unidade básica de saúde do bairro de Rosa dos Ventos. A Emenda 304, realizar o festival e eventos gospel no verão para Cristo E a Emenda 305, implantar pontos e paradas de apoio Para veículos de transporte e passageiros por aplicativos Então nós temos essas Emendas Além da Emenda 306, que é a construção de uma praça No loteamento Sonho Verde, no bairro Caju Piranga Eu peço que V. Exª faça o destaque de quais Emendas Vossa Excelência quer que eu submeta o plenário para análise Presidente O vereador está questionando a marcha Para Jesus, que é a 215, é isso? Eu queria ouvir finanças Se finanças corrigir A gente já vota aqui, coloca em pauta e vota Mas eu queria ouvir finanças Porque finanças que fez o Que Vai Eu concordo, a gente vota Senhor Presidente eu peço apenas 3 minutos para eu ter acesso aqui às Emendas só para verificar a numeração correta e a gente colocar aqui para votação 1 minuto, 2 minutos vereador Gabriel é a 301/2025, eu peço só celeridade a vossa excelência, porque nós estamos diante de uma pauta muito extensa, mas a 301/2025 é a realização anual da marcha para Jesus em Parnamirim no valor de 250 mil reais questão de ordem senhor Presidente, só informando que dentro da Secretaria de Cultura nós temos a ação específica, só que eu gostaria de entender, nós temos a ação específica voltada para a realização anual, a Marcha para Jesus em Parnamirim. O vereador está alterando, modificando, porque já existe na LOA específico, a gente só quer saber se ele poderia ter feito uma Emenda impositiva, incluindo o valor direcionado, ou se ele está mudando, ou se ele está acrescentando uma nova para um objeto que já existe. Não, vereador, vamos lá, vamos esclarecer, a 301 não é um impositivo, é uma modificativa aditiva, adiciona e modifica os dispositivos ao Projeto de Lei nº 215, visando remanejar recursos oriundos da ação 2001, de execuções e ações de comunicação. Então, ele está retirando esse valor lá da rúbrica de comunicação e está destinando à função 04, que é a realização anual para a Marcha para Jesus em Pernambuco, no valor de 250 mil reais. Certo? Então ele está retirando da rúbrica de comunicação que pertence ao gabinete civil e está remanejando para a execução da marcha para Jesus. Então, com autorização da vossa

excelência e dos demais vereadores, eu submeto ao plenário para apreciação o Requerimento verbal do vereador Gabriel César sobre a Emenda 301/2025. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Só deixar claro aqui, porque aí, Gabriel, eu entendi também que era uma Emenda impositiva dele, mas não é. Não, é uma aditiva modificativa. Ele está modificando, está tirando lá do gabinete civil. Sobre a relatoria do vereador Pinho de Ambrose, olha, só para esclarecer, o vereador está garantindo o recurso para a execução da marcha para Jesus de valor de 250 mil reais. Na cultura, já tem o recurso. Mas não tem nesse valor. O vereador está garantindo o valor de 250 mil reais. Não dele, está tirando do recurso que ele tem. Exatamente, está permitindo, exatamente. Ele está retirando de uma secretaria, que é o gabinete civil, e colocando lá. Então, assim, já é uma outra situação, eu achei que era só dele. Então, só para deixar claro aí. Exatamente. Submeto ao plenário para... Senhor Presidente, pronto. Então, de acordo com o entendimento aqui da maioria, no caso dessas Emendas, eu vou continuar analisando as outras, mas nesse cardápio 301, a gente vai fazer esse destaque, a Emenda da marcha, a Emenda modificativa. Existe lá a ação, retirou de um local, colocou aqui para poder executar a marcha para Jesus, a 301. Aí essa aqui já vai ser submetida ao plenário. E as demais, como já havia falado antes, a gente vai analisar se dá tempo ainda de recorrer nos demais. Agradeço, vereador Gabriel César. Submetam ao plenário aqueles que autorizam e aprovam, permaneçam como se encontram, aprovado, façam registro ao DPL, a Emenda 301/2025 retorna para a votação. Agora sim votaremos as Emendas ao Projeto de Lei 215/2025, com exceção da 1 a 423, com exceção das Emendas 084, 167, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 242, 252, 271, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 390, 407, 408, 411 e 412. Essas foram consideradas rejeitadas pela Comissão Permanente de Orçamento e Finanças. Senhoras e senhores, em única votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram, aprovado. Senhoras e senhores vereadores, nós temos a Emenda 01/2025 ao Projeto de Lei 257/2025, que altera o artigo 4º do Projeto de Lei 257/2025, de autoria do Poder Legislativo Municipal, comissão permanente de Constituição, legislação e redação final. Em única discussão, em única votação, aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram, aprovado. Senhoras e senhores vereadores, em primeira discussão, primeira votação, nós temos o Projeto de Lei Complementar 012/2025, que institui o parcelamento ordinário de créditos tributários e de outras providências. Autor, Poder Executivo Municipal, Prefeita Raimunda Nilda da Silva Cruz, em primeira discussão, em primeira votação. Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Nós estamos discutindo a Emenda 01/2025 ao Projeto de Lei 257/2025, que altera o artigo 4º do Projeto de Lei 257/2025, de autoria do Poder Legislativo Municipal, Comissão Permanente de Constituição, Legislação e Redação Final, em única discussão, em única votação, aqueles que aprovam permaneçam como se encontram, aprovado. Senhoras e senhores vereadores, em primeira discussão, primeira votação, nós temos o Projeto de Lei 215/2025, que estima a receita e fixa despesa do município de Parnamirim para o exercício 2026 e dá outras providências. Autor, Poder Executivo Municipal, Prefeita Raimunda Nilda da Silva Cruz, em primeira discussão, em primeira votação, aqueles que aprovam permaneçam como se encontram, aprovado. Senhoras e senhores vereadores, em primeira discussão, primeira votação, Projeto de Lei nº 257/2025, que altera o artigo 4 do Projeto de Lei nº 257/2025, de Autoria do Poder Legislativo Municipal, Comissão Permanente de Constituição, Legislação e Redação Final. Em primeira discussão, em primeira votação, aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Senhoras e senhores vereadores, em

única discussão e em única votação, senhoras e senhores vereadores, como não há mais matérias para deliberar, eu, por encerrar esta sessão, e convoco para outra após cinco minutos.